COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL N.º /2019.

PROJETO DE LEI N.º 30/2019.

OBJETO: AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO AO ORÇAMENTO VIGENTE.

AUTOR: PREFEITO JOSÉ GOMES BRANQUINHO.

RELATOR: VEREADOR OLÍMPIO ANTUNES.

1. Relatório:

Trata-se do Projeto de Lei n.º 30/2019, de autoria do Prefeito José Gomes Branquinho, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro ao orçamento vigente”.

Cumpridas as etapas do processo legislativo foi encaminhada a presente matéria a esta Comissão a fim de ser emitido parecer, sob a relatoria do Vereador Olímpio Antunes, por força do r. despacho do Presidente desta Comissão.

2. Fundamentação:

De acordo com o disposto no artigo 195 do Regimento Interno, após a conclusão da proposição em segundo turno, o projeto e emendas aprovados serão remetidos à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos para receber parecer de redação final.

Diante disso, dá a presente análise:

Procedeu-se a alteração da expressão “artigo 96, inciso VII da Lei Orgânica do Município” constante do preâmbulo deste Projeto, para a forma crescente, do particular para o geral “inciso VII do artigo 96 da Lei Orgânica do Município”, por motivo de padronização de leis, apesar de as duas formas estarem corretas.

Vale conferir os apontamentos a seguir:

Sobre a citação dos dispositivos legais é importante dizer:

Os dispositivos legais podem ser citados de duas formas diferentes:

1º) na ordem decrescente, ou seja, do geral (artigo) para o particular a que se queira referir (parágrafo, inciso ou alínea). Neste caso, o uso da vírgula é obrigatório. Vejamos o exemplo: art. 25, § 2º, I, a, da Lei 12.016/09. As unidades parágrafo, inciso e alínea estão intercaladas entre o artigo e o número da lei, daí a obrigatoriedade da vírgula;

2º) na ordem crescente, ou seja, a partir da referência particular (alínea, inciso ou parágrafo) para o geral (artigo). Neste caso, a preposição “do” impedirá o uso da vírgula. Vejamos: alínea a do inciso II do § 3º do art. 25 da Lei 12.016/09. (Mara Saad – Formada em Letras pela Universidade de Brasília (UnB) e em Direito pelo UniCEUB, com especialização em Direito Processual Civil pelo ICAT – Instituto de Cooperação e Assistência Técnica do Centro Universitário do Distrito Federal, hoje UDF. Disponível em: <https://oab.grancursosonline.com.br/o-juridiques-citacao-e-pontuacao-dos-dispositivos-legais/>. Acesso em 12 de abril de 2019.

Procedeu-se, ainda, a alteração da palavra “superávit” para a forma latina *superavit*, sem acento e em itálico, pois conforme orientação da Academia de Letras, esta palavra deixou de ser uma palavra aportuguesada e passou a constar como palavra estrangeira e escrita em itálico, conforme o Encarte de Correções e Aditamentos à 5ª Edição, retirado do site http://www.academia.org.br/abl/media/Encarte_VOLP_5_Edicao_web.pdf, em 8 de maio de 2019:

superávit s.m.2n.	excluir	
<i>superavit</i> s.m.2n. lat.	incluir	depois de stud s.m. ing. na seção palavras estrangeiras

A expressão “por *superávit* financeiro”, disposta na ementa e no parágrafo 2º do artigo 1º deste Projeto, foi colocada entre vírgulas, por se tratar de aposto, pois especifica o crédito adicional suplementar. O aposto é o nome que se dá ao termo que exemplifica ou especifica melhor outro de valor substantivo ou pronominal, já mencionado anteriormente na oração.

A sigla “SAAE” foi escrita com apenas a letra inicial maiúscula, conforme determina o parágrafo 3º do artigo 5º do Decreto n.º 3.244, de 27/9/2005:

§ 3º Siglas formadas por quatro ou mais letras, que formem palavra pronunciável, serão grafadas como nome próprio, apenas com a primeira letra em maiúscula (Exemplo: Coem, Saae, Fumac...).

No parágrafo 1º do artigo 1º há a expressão “crédito especial”, mas na verdade o objeto deste Projeto é a abertura de “crédito adicional suplementar” e por isso, procedeu-se a devida correção.

Quanto ao Anexo Único, a expressão “ao Projeto de Lei” foi substituída pela “a que se refere o artigo 1º da Lei” por motivo de padronização deste Projeto com outras leis neste sentido.

Sem mais para o momento, passa-se à conclusão.

3. Conclusão:

Em face das razões expendidas, opina-se no sentido de que se atribua ao texto do Projeto de Lei n.º 30, de 2019, a redação final constante da minuta, em anexo, que, nos termos do que dispõe o artigo 147 do Regimento Interno, passa a integrar o presente parecer.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 8 de maio de 2019; 75º da Instalação do Município.

VEREADOR OLÍMPIO ANTUNES

Relator Designado

REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI N.º 30/2019

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, por *superavit* financeiro, ao orçamento vigente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VII do artigo 96 da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Unaí decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por *superavit* financeiro, ao orçamento vigente, no valor de até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para atender às programações discriminadas no Anexo Único desta Lei.

§ 1º Os recursos destinados a atender às despesas decorrentes da abertura do presente crédito adicional suplementar serão provenientes do *superavit* financeiro de 2018 do Serviço Municipal de Saneamento Básico – Saae – de Unaí.

§ 2º O presente crédito adicional suplementar, por *superavit* financeiro, destina-se à reforma e ampliação do sistema de captação de água bruta a partir do Rio Preto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 7 de maio de 2019; 75º da Instalação do Município.

JOSÉ GOMES BRANQUINHO
Prefeito

WALDIR WILSON NOVAIS PINTO FILHO
Secretário Municipal de Governo

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º DA LEI N.º ..., DE ... DE ... DE 2019.

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

CRÉDITO SUPLEMENTAR

Ordem	Classificação Orçamentária	Ficha	Fonte	Valor (R\$)
1	03.02.00.17.512.3001.1003.4.4.90.51.00	990	200	3.000.000,00
Total				3.000.000,00